

## A HERANÇA GREGA

*Maria Leonor Santa Bárbara*

*Carlos Leone*

Antes de mais o tema: as Ciências Sociais no século XXI. É um título que revela o espírito de uma História que não é a História habitualmente descrita como narração e análise de acontecimentos pretéritos, mais ou menos conhecidos ou importantes. Esta ideia de Ciências Sociais no século XXI envolve, em 2002, um espírito prospectivo que vincula a História ao presente e, talvez mais ainda, ao futuro. As ciências sociais no século XXI, neste momento, são ainda as ciências sociais do século XX, não mudámos, nas ciências sociais e nas Humanidades, em nada de substantivo desde 31 de Dezembro de 1999 ou de 2000, como se prefira. Mas justamente as ciências sociais e humanas do século XX são (pelo menos plausivelmente) descritíveis como ciências prospectivas. Foram-no pela associação à actividade política, foram-no na ligação com a crítica social ou especializada, foram-no no domínio da investigação estritamente académica que, cada vez mais, se desenvolve uniformizadamente em todas as ciências, sociais ou não. Essa ligação ao futuro pela prospecção teórica (nem sempre científica, depende da concepção de ciência que alguns ainda negam ao “social”) marcou o século XX e, para todos os efeitos, é ainda sob a sua influência que se realiza tão precocemente no século XXI uma reflexão como a que este encontro promove.

Neste pressuposto quanto à história (inclusive presente) das ciências sociais, o que fazer da herança Grega? Nada mais anacrónico se poderia conceber como uma herança Grega num domínio marcado pela sua Modernidade constitutiva. A própria ideia de “ciências sociais” contraria na teoria e na prática o ideal Antigo de unidade fundamental dos saberes e, inclusivamente, da vida, formalizado na noção de Filosofia. Que as ciências sociais derivam da autodissolução desse ideal de Filosofia como saber primeiro, ou

último, fundador primeiro, regulador depois, legitimador por fim, dos restantes saberes (aqui a teologia pode ser tida por exceção, mas não a podemos incluir nas Ciências Humanas), isso sabe-se pelo menos desde Husserl (a *Krisis* e a atomização dos saberes) e tem sido um *topos* constante de muita da reflexão académica sobre as ciências sociais e humanas. Mas em 2002, precisamente na perspectiva de futuro que caracteriza a investigação em ciências sociais nas suas formas mais inovadoras e influentes nas nossas sociedades, há pelo menos dois pontos da herança Grega que merecem uma breve referência: a sua plasticidade simbólica e o seu valor para uma concepção de ciência social pensada em função do futuro.

Enquanto herança, o mundo Grego possui valor pela sua plasticidade intrínseca, que se presta às interpretações mais díspares, e também pela extrínseca, ou seja pela imensidade de concepções dos Gregos que dois mil anos de cristianismo (e ainda antes vários séculos de Roma) nos legaram. Esta plasticidade não se limita a subsistir, desenvolve-se e multiplica-se desde os mais insignificantes aspectos da vida quotidiana (o “nosso” ministro não é um lince qualquer, é um Lynce com Y) até às sempre renovadas interpretações da cultura Grega no seu conjunto ou nas suas mais ínfimas particularidades. Talvez se possa dizer que a herança subsiste porque ninguém a pode esgotar mas, nas tentativas de o fazerem, muitos foram os que a enriqueceram adicionalmente (Renascimento na Arte, Filologia do séc. XIX nas ciências sociais, por ex.).

Mas esta característica autoprodutiva, autopoietica, da herança Grega só adquire o seu valor específico para as ciências sociais quando participa da relação que estas estabelecem com o futuro, isto é, quando integra a reflexividade que as ciências sociais geram nas sociedades em que incidem. Também esta vertente da herança Grega não é própria do século XXI. Por isso mesmo vamos referir-nos a ela através de um comentário a um texto de Lucien Febvre, historiador como poucos disponível para uma verdadeira comunicação entre as ciências sociais no seu sentido mais alargado (a propósito de Febvre, dos *Annales* e das Humanidades, uma sugestão para o tema dos próximos encontros da F.C.S.H.: marcas de Vitorino Magalhães Godinho na Universidade Portuguesa). Esse texto é *A Europa. Génese de uma civilização*, reunião do conjunto de lições dadas no Collège de France em 1944-1945.

O que é a Europa? Como nasceu? Eis as principais questões de Lucien Febvre nesta obra. Obviamente que o historiador não se refere à nossa Europa da UE, em que cada vez se tende para uma maior unidade organizadora. Aliás, para ele uma Europa encarada como uma formação política organizada mais não é do que um sonho. Febvre fala da Europa enquanto unidade histórica, que agrupa todo um conjunto de países, de populações, com uma diversidade imensa. Esta Europa teve a sua origem numa época determinada



– a Idade Média – tendo resultado da debilitação das unidades históricas anteriores, nomeadamente o Império Romano, que se foram fundindo, aliando, até constituir aquilo a que hoje chamamos Europa. Esta é uma entidade que se define, não de fora para dentro, a partir dos seus limites, das suas fronteiras, mas sim de dentro para fora, com base nas suas manifestações específicas, sejam elas culturais, científicas, religiosas, políticas ou económicas, muito embora esta unidade não signifique uma uniformidade que realmente não existe. Para o estudo da Europa importa não só o estudo das semelhanças entre as várias nações europeias, mas também o das suas diferenças.

Resolvida a primeira questão, importa analisar a segunda, a do seu nascimento. E o total esclarecimento desta implica, muito naturalmente, um recuo até à Grécia antiga, já que é aí que o vocábulo “europa” tem a sua origem. Teriam os Gregos uma clara noção de Europa como uma unidade comum por oposição a outros espaços, a outras unidades históricas? Todos conhecemos o mito de Europa, a bela filha de Tiro, raptada por Zeus, sob a forma de um touro, e levada por ele através dos mares para uma terra longínqua. Mas esta lenda não confere uma identidade comum, uma unidade histórica. Por outro lado, ao atentarmos em textos dos autores gregos, constatamos que a oposição é estabelecida sempre entre Gregos e bárbaros ou, nas palavras de Febvre, entre Grécia e Ásia. São três as partes em que se divide o mundo helénico: Grécia, Ásia e África. Tomemos como exemplo Heródoto<sup>1</sup>:

“Não consigo perceber como é que, sendo a terra uma só, recebeu três denominações diferentes, tiradas de nomes de mulheres; nem tão pouco como é que, por fronteiras, foram fixados o Nilo, um rio do Egipto, e o Fásis, da Cólquida (outros preferem falar do rio Tánaís, no Meótis, e dos estreitos cimérios); não se conhece o nome de quem estabeleceu estas fronteiras, nem onde lhes foi buscar as designações. A Líbia, de facto – é voz corrente entre os Gregos – tirou o nome de Líbia, uma mulher natural dessa região; a Ásia seria epónima da mulher de Prometeu; por outro lado, os Lídios reclamam-lhe o nome como seu, afirmando que Ásia foi assim chamada de Ásies, filho de Cótis e neto de Manes, e não de uma Ásia mulher de Prometeu. Foi do mesmo Ásies que recebeu o nome a tribo Asíada, em Sardes. Quanto à Europa, ninguém sabe se é rodeada de mar por todos os lados, de onde lhe veio o nome, nem quem possivelmente lho terá posto, a menos que se diga que a designação lhe veio do nome de Europa de Tiro. Assim ao princípio não teria nome, como as restantes partes da terra. Mas parece certo que a tal Europa era oriunda da

---

<sup>1</sup> Heródoto, *Histórias*, IV. 45 (trad. port. de Maria de Fátima Sousa e Silva e Cristina Abranches Guerreiro), Lisboa, Edições 70, 2000.

Ásia e que nunca chegou a esta região que os Gregos chamam Europa; veio apenas da Fenícia para Creta, e de Creta para a Lícia.”

Eis a prova da razão de Lucien Febvre: os Gregos não concebiam a Europa como uma entidade una, mas como um espaço físico habitado por sociedades distintas, com costumes e culturas igualmente diversas, a que se contrapunham a Ásia e a Líbia, cada uma delas menor do que a Europa. E a comprovar esta afirmação, recorde-se que nem nos poemas homéricos nos deparamos com a noção de continentes distintos, tendo sido Hecateu de Mileto quem primeiro se terá debruçado sobre cada uma destas regiões separadamente.

Mas, se a noção de uma Europa humana é inexistente na Antiguidade, isso não significa que nesta não exista qualquer tipo de unidade. Em primeiro lugar, o mundo helénico, que, muito embora tudo o que se possa depreender da sua organização social e política, das lutas intestinas travadas entre várias das suas cidades, constituía uma unidade – linguística, religiosa, cultural. Todos conhecemos os símbolos mais notáveis desta unidade, como os Jogos Olímpicos ou a concepção do célebre oráculo de Delfos como umbigo do mundo; podemos acrescentar todo um conjunto de obras literárias que comprovam essa mesma unidade, embora nos pareça suficiente referir os poemas homéricos, dado o seu conteúdo ser por demais conhecido. Contudo, o traço mais relevante de uma verdadeira concepção de helenismo encontra-se no império de Alexandre, simultaneamente veículo propagador de uma cultura e de uma língua e obstáculo à génese da noção de Europa. É precisamente no mundo helenístico que nos deparamos com um dos maiores desenvolvimentos culturais da história da humanidade, que se deve tanto à criação de novos centros de estudo quanto à descentralização cultural que os sucessores de Alexandre, nomeadamente os Ptolomeus, promoveram. Mas esta difusão cultural, longe de gerar uma unidade cultural, civilizacional, europeia, criou uma vasta base cultural, sim, mas helénica, já que, na sequência da política de Alexandre, todos tinham acesso à cultura, independentemente da sua raça<sup>2</sup>.

Este não foi, contudo, o único factor de unidade na Antiguidade, nem sequer o mais duradouro. O mundo antigo girava à volta de um centro, comum às várias regiões já referidas, o Mediterrâneo. E é este o fulcro da grande unidade com que nos deparamos. Não o Mediterrâneo como mar, mas o Mediterrâneo como um conjunto de comunidades, de civilizações, como a helénica, por exemplo, que têm entre si vários pontos de contacto,

---

<sup>2</sup> Recorde-se a este propósito que foi nesta época que se verificou mais uma modificação na oposição Grego/Bárbaro, que passou a reflectir sobretudo uma oposição culto/inculto, civilizado/não civilizado.



comerciais, culturais, civilizacionais. Civilizações que, nas palavras de Febvre, “são mediterrânicas pelo homem (história, saber do homem), ligadas ao ambiente mediterrânico não por um vínculo de dependência rígida do meio, não por uma fatalidade de raça, mas pela vontade de um encadeado de homens flexível e vivo, móvel e plástico.”<sup>3</sup>. E a este Mediterrâneo está estreitamente associado o império romano, que dominou toda esta vasta região durante vários séculos, vinculando-a à cultura helénica, da qual foi o principal difusor.

O império romano, no entanto, não se limitou a difundir uma cultura europeia. Como afirma Paulo Orósio, na sua *História contra os Pagãos*, este império imenso, o maior que a Antiguidade conheceu, foi construído por vontade de Deus, para que Cristo nele pudesse nascer e assim a sua fé poder ser difundida por todo o mundo muito mais facilmente. Aquilo que para Orósio era um desígnio divino, para nós é uma realidade, porque foi através de Roma e do seu império que o Cristianismo se propagou e foi nesse império que exerceu um papel fundamental ao longo da Idade Média. Ou, de acordo com Lucien Febvre, dois papéis: se, nesta época, favorável à existência de pequenos reinos, pequenos domínios na posse de um senhor, se pode constatar uma constante obstaculização à criação de pátrias nacionais, é também verdade que foi ao longo dela que se verificou uma contribuição do Cristianismo para a noção de uma consciência europeia. E isto porque a civilização cristã ultrapassou as fronteiras dos reinos existentes.

Concluamos com os factos: não há, realmente, uma consciência europeia no mundo grego; não há uma noção de Europa como unidade humana, cultural, civilizacional. Foram precisos vários séculos, várias mudanças e uma religião que sempre se pretendeu universal (basta atentar na sua própria designação) para que surgisse essa consciência. Isso, contudo, não impediu que o mundo antigo contribuisse de modo relevante para esta Europa em que habitamos: concepções políticas, filosóficas, ideias abstractas, termos científicos, serão os exemplos mais focados usualmente. Mas não os únicos. E, numa época em que as ciências sociais e humanas se voltam cada vez mais para a realidade que nos circunda, promovendo estudos em Ciência Política e Relações Internacionais, ou em Estudos Europeus, bem como redes de investigação sobre Identidade Europeia, Federalismo ou, até Nacionalismos, convém não descurar a importância da Antiguidade Clássica e o seu contributo. Dir-me-ão que apresentei exemplos justamente do que não existia no mundo antigo. Talvez não, do modo como o concebemos actualmente. Mas o que é que nos mostra a literatura grega, desde os seus primórdios, senão a

---

<sup>3</sup> Lucien Febvre, *A Europa. Génese de uma Civilização* (trad. port. de Telma Costa), Lisboa, Teorema, 2001, pág. 70.

consciência de uma identidade nacional? E a Liga de Delos ou a Liga Aqueia não estarão, enquanto tentativa de associação de cidades com um objectivo comum, próximas de uma certa noção de federalismo? São apenas algumas questões para reflexão, sobretudo daqueles que se dedicam ao estudo da Antiguidade, pois são eles que podem prestar, nessa área, um maior contributo ao desenvolvimento do estudo das ciências sociais e humanas neste século.